



Dados da Reunião

Data	Hora início	Hora término	Local
11/06/2019	09:20	10:30	Sala do Antigo Tribunal Pleno do TJBA

2. Pauta

Item	Descrição
01	Abertura
02	Leitura da ATA da RAE anterior
03	Resumo da execução dos Projetos iniciados em 2017/2018/2019
04	Projetos para deliberação
05	Metas Nacionais
06	Resultado da pesquisa de opinião
07	Agendamento da Próxima RAE
08	Encerramento

3. Comitê de Governança

Nº	Nome	Órgão/ Setor	Assinatura
1	Des. Gesivaldo Nascimento Britto	Presidência	ausente
2	Des. Augusto de Lima Bispo	1ª Vice-Presidência	
3	Desa. Maria da Graça Osório Pimentel Leal	2ª Vice-Presidência	ausente
4	Desa. Lisbete Maria Teixeira Almeida César Santos	Corregedoria Geral de Justiça	ausente
5	Des. Emílio Salomão Pinto Resedá	Corregedoria das Comarcas do Interior	ausente
6	Juiz de Direito Humberto Nogueira	Assessoria Especial da Presidência I — Magistrados	
7	Juíza de Direito Rita de Cássia Ramos de Carvalho	Assessoria Especial da Presidência II — Assuntos Institucionais	
8	Juiz de Direito Paulo Alberto Nunes Chenaud	Coordenação dos Juizados Especiais	
9	Iramar Viana Martinez de Almeida	Secretaria-Geral da Presidência	
10	Ana Paula do Carmo Barbosa Silva	Secretaria de Administração	
11	Antônio Roque Do Nascimento Neves	Secretaria Judiciária	
12	Pablo Roberto Nascimento Moreira	Secretaria de Planejamento, Programação e Orçamento	
13	Leandro Sady Rodrigues	Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização	
14	Lorena Pimenta Navarro	Gabinete da Presidência	
15	Fernanda Pinto Dantas Braga de Souza	Controladoria do Judiciário	
16	Moisés Bisesti de Queiroz	Assessoria de Comunicação	
17	Líbia Maria Almeida de Andrade Figueiredo Lima	Universidade Corporativa	
18	Leila Lima Costa	Secretaria de Gestão de Pessoas	
19	Mariana da Silva Lorangeira	Diretoria de Primeiro Grau	



#### 4. Apresentação da Pauta

##### 01. Abertura

O 1º Vice-Presidente, Desembargador Augusto Bispo, iniciou a Reunião de Análise da Estratégia – RAE – agradecendo a presença de todos, informou a impossibilidade do Presidente Des. Gesivaldo Britto participar da Reunião por outro compromisso e pediu à Secretária Geral que procedesse a leitura da Ata da RAE anterior.

##### 02. Leitura da ATA da RAE anterior

A Secretária Geral da Presidência, Dra. Iramar Martinez, saudou os presentes e lembrou que a Ata da VIII RAE foi enviada a todos e já foi assinada pelos membros do CGOV. A Secretária abriu a palavra para caso alguém desejasse fazer alguma observação acerca do documento. Não havendo manifestação tomou a Ata como aprovada.

##### 03. Resumo da execução dos Projetos iniciados em 2017/2018/2019

A servidora Hévila Santana apresentou o resumo dos projetos do Portfólio Estratégico do TJBA. O portfólio está composto por projetos iniciados em 2017, 2018 e 2019. O seguinte quadro foi apresentado:

	Σ (PROJETOS 2017/2018/2019)	PROJETOS 2017	PROJETOS 2018	PROJETOS 2019
QUANTIDADE	42	20	21	1
CONCLUÍDOS	22	16	6	0
EM EXECUÇÃO	20	4	15	1
% REALIZADO	81,0%	98,3%	68,3%	1,5%

O Secretário de Planejamento, Sr. Pablo Moreira, pediu a palavra para ressaltar a importância do Planejamento Estratégico e da RAE, onde se consegue materializar e acompanhar os projetos de forma contínua, tendo em vista que existem projetos iniciados em 2017 pertencentes à gestão anterior que permanecem com sua execução monitorada garantindo sua exequibilidade. A gestão atual deu continuidade aos projetos da gestão anterior e aprovou novos que certamente seguirão em gestões posteriores.

A servidora Hévila Santana deu continuidade a apresentação com a situação dos projetos de 2018, ressaltando apenas o projeto Todos Juntos contra o Femicídio que depende de ações externas ao Tribunal e em razão disso a diferença entre duração e execução está acentuada. Com relação ao projeto aprovado em 2019 – Populus – o percentual de execução está em dissonância com o prazo de execução em razão de ajustes que deverão ser feitos no cronograma.

A servidora lembrou que todos os projetos apresentados no resumo da RAE foram discutidos na Reunião de Líderes Avançados.

##### 04. Projetos para deliberação

Projeto Transformação Digital com uso de Novas Tecnologias.

O Secretário Pablo Moreira informou que mesmo antes e durante a Reunião de Líderes Avançados discutiu com o Secretário Leandro Sady e concordaram com a manutenção do projeto no portfólio estratégico, porém suspender sua execução até que haja disponibilidade orçamentária para novas ações.

O Des. Augusto Bispo abriu a votação e o Comitê de Governança aprovou a decisão.

##### 05. Metas Nacionais

O Secretário Pablo Moreira iniciou a apresentação sobre Metas Nacionais enfatizando a dificuldade que a Secretaria de Planejamento, Programação e Orçamento (Seplan) encontra na obtenção das informações para enviar ao CNJ. As Metas Nacionais não são departamentais, não são inerentes à Secretaria de Planejamento, são da Instituição. No entanto, sempre que o tema é mencionado o foco é a Seplan. Inclusive, o Selo Justiça em Números, agora Prêmio CNJ de Qualidade também remete à Seplan.



A Secretaria de Planejamento é apenas o instrumento para que se alcance as metas, é onde são direcionados os esforços, de planejar como atingir e superar essas metas. Para isso é importante que a Secretaria tenha os dados, as informações para fornecer ao CNJ. A dificuldade na obtenção desses dados restringe o trabalho da Secretaria na execução dos Planos de Ação para consecução das metas. É importante então que todos entendam que as metas são do Poder Judiciário da Bahia e não apenas de uma secretaria.

A Secretária Geral da Presidência, Dra. Iramar Martinez, reforçou as observações feitas pelo Secretário de Planejamento ressaltando a preocupação da atual gestão em fazer com que todos atuem de forma unificada e não como ilhas separadas e sem convergência. Destacou a preocupação diante do fato que estamos com dificuldades em conseguir as informações do trabalho que sabemos que executamos de maneira eficiente.

O Coordenador dos Juizados Especiais, Dr. Paulo Chenaud, destacou também sua apreensão acerca do tema, pois em sua unidade não há dificuldade na obtenção dos dados e os mesmos são enviados regularmente. A Coje está cumprindo as Metas 1 e 2.

A Juíza Assessora da Presidência, Dra. Rita Ramos, também acrescentou a importância do cumprimento da Meta 2, em especial, e divulgou as medidas que estão sendo tomadas para aprimorar as ações para o atingimento da meta, tais como: criação de grupo de trabalho, semana de sentenças e baixas e trabalho baseado nas listagens enviadas pela Seplan.

## 06. Resultado da pesquisa de opinião

O servidor Yves Pavetto apresentou os resultados da pesquisa realizada em maio de 2019. Informou que além de ser determinação do CNJ, é também uma ferramenta de captação de informações para o Tribunal de forma a direcionar suas ações de melhoria.

Apresentou a metodologia da pesquisa com as fórmulas e embasamento estatístico. Foram mais de 5.000 entrevistados em 203 comarcas. Dessas comarcas, 25 foram visitadas pela equipe da Seplan no período da pesquisa e nestas pode-se constatar que o resultado em termos numéricos foi melhor.

A pesquisa foi direcionada para públicos diferentes: jurisdicionado, magistrado, servidor, advogado, promotor e defensor público.

O servidor mostrou os números relacionados à amostra e à quantidade de respondentes. Ministério Público e Defensoria Pública foram os que menos participaram da pesquisa.

Sobre a pesquisa com os jurisdicionados:

Renda familiar – quase 83% dos entrevistados tem renda familiar de até 3 salários mínimos.

Confiabilidade no Judiciário – 66% confiam no Judiciário.

Núcleos de Conciliação – metade dos entrevistados desconhece a existência dos núcleos. Nesse item seria importante melhorar a divulgação dos núcleos.

Acesso ao Site – mais da metade nunca acessou o site do Tribunal ( 63,87%). Esse item é também um que merece atenção para divulgação.

Vale a pena procurar o Judiciário? – quase 87% acreditam que sim.

O Judiciário contribui para o combate à corrupção? – aproximadamente 69% dos entrevistados responderam que sim. Em 2017 esse índice era de 60%.

Investimento – o jurisdicionado opinou que a Segurança é o primeiro item a ter investimentos feitos (42%), seguida de pessoal, comunicação, infraestrutura e tecnologia.

Avaliação dos serviços - 72% consideram o serviço entre bom e excelente.



Acerca da pesquisa entre magistrados e servidores:

Planejamento Estratégico – ficou evidenciado com as respostas, que mais da metade de magistrados e servidores não se considera envolvido com o Planejamento Estratégico. O Secretário de Planejamento manifestou-se sobre a importância do fortalecimento da cultura de Planejamento Estratégico. Essa cultura deve ser disseminada até que chegue à primeira instância. Nesse sentido, será implantada a Rede de Governança Colaborativa do PJBA. Foi feita uma divisão do Estado da Bahia em 22 pólos que serão responsáveis por difundir a cultura da estratégia, além de conhecer as particularidades de cada polo e trazer para a realidade do planejamento. A instituição precisa conhecer as necessidades e dificuldades que os magistrados e servidores têm no atendimento ao jurisdicionado, a fim de direcionar as ações estratégicas.

Ainda sobre magistrados e servidores foi mostrado que 81% dos magistrados sentem-se sobrecarregados em suas atividades e 42% dos servidores têm a mesma sensação.

Satisfação – mais de 80% sentem-se satisfeitos ao fato de trabalhar no PJBA.

Com relação a todos os segmentos, perguntas que foram comuns:

Avaliação de instalações físicas – a maioria avaliou como boa e excelente.

Higiene e limpeza – mais de 80% consideraram entre boa e excelente.

Segurança – a percepção de todos os segmentos é que esse item está entre péssimo e ruim

O Secretário de Planejamento destacou a importância da participação e do empenho das Assessorias: AEP I e AEP II nas pessoas de Dr. Humberto Nogueira e Dra. Rita Ramos.

Dr. Humberto Nogueira ressaltou que a carência de juizes e servidores é um dado bastante relevante no que tange ao cumprimento da Meta 2. Mesmo que sejam feitos grupos de trabalho, há a dificuldade com sistemas, processos físicos e a alteração para o Pje. Isso deve ser levado em consideração, além da falta dos dados, pois provavelmente o número ideal não seja alcançado.

O Des. Augusto Bispo considerou a intervenção do Dr. Humberto extremamente importante, pois a realidade do magistrado realmente é de um número bastante considerável. A pesquisa de opinião também é muito importante para conhecermos a opinião de todos, além da criação da rede de governança.

## 08. Agendamento da Próxima RAE

A data de 17/09/19 foi aprovada por unanimidade pelo Comitê de Governança.

## 09. Encerramento

Antes do encerramento da reunião o Des. Augusto Bispo questionou sobre a digitalização dos processos no Projeto Unijud Digital.

A Servidora Cristina Cunha, gerente do Projeto Unijud Digital informou o quantitativo dos processos digitalizados e informou que a dificuldade está em retirar as pendências dos processos legados do Saj e do Saipro. Em relação à digitalização não há tantas pendências, essa adequação dos processos vindos dos outros sistemas é que leva mais tempo, pois envolve diversos setores. Dos 125 mil processos recolhidos, 119 mil já foram digitalizados. Foram migrados. 93.415 e faltam 69.480, lembrando que existem processos com mais de 30 volumes. A migração também fica dificultada diante da carência de servidores. O cronograma do Unijud está com mais de 60% executado, restando apenas 12 unidades não criminais para implantação.

O Des. Augusto Bispo questionou a perspectiva para implantação de forma completa do Pje no PJBA. A servidora respondeu que até o final de junho 100% das unidades não criminais estarão com o sistema implantado. Em relação ao número de processos no PJe, são 29% e todos os novos processos já entrarão no sistema. A migração será feita de forma gradativa.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DO ESTADO DA BAHIA



TJBA  
TODOS  
JUNTOS

Secretaria de Planejamento, Programação e Orçamento

SEPLAN  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO  
PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO

NEGE  
NÚCLEO DE ESTATÍSTICA  
E GESTÃO ESTRATÉGICA

Sobre a capital o sistema já está implantado, apenas alguns ajustes estão sendo feitos. As limitações de sistema estão sendo tratadas de acordo com a equipe disponível.

O Des. Augusto Bispo questionou sobre a capacidade de infraestrutura de servidores de arquivos. O Secretário Leandro Sady informou que já estão sendo encaminhadas as providências para aquisição de infraestrutura para suportar as migrações que serão necessárias ao PJe.

A Juíza Assessora, Dra. Rita Ramos, informou que a AEP II fez reunião com magistrados representantes de cada área: Juizado Fazendário, Fazenda Pública, Família, Cível e relação de consumo para apresentar o editor de textos desenvolvido pela Setim. O editor será testado e posteriormente será colocado para todos os magistrados.

Dra. Iramar Martinez ressaltou a importância da Rede de Governança para congregar e agregar magistrados e servidores para o planejamento estratégico. A convergência de esforços é extremamente necessária e deve ser perpetuada.

Com relação ao Pje realmente é uma providência louvável e corajosa da gestão em unificar o sistema.

O Des. Augusto Bispo agradeceu a servidora Cristina Cunha, que por sua vez colocou a equipe do Unijud à disposição de todos para as melhorias necessárias. Acrescentou que no planejamento do projeto foram previstos alguns riscos tais como necessidade de contratação de empresa, ampliação do Service Desk, melhoria da infraestrutura e capacidade do servidor de arquivos.

Sem mais nenhuma consideração a ser feita, o 1º Vice-Presidente, Des. Augusto Bispo, encerrou a reunião às 10h: 30m.

